

ESTADOS FALIDOS

Dívida Pública

## Um guia para entender a crise dos governadores

*Projeto que obriga  
Tesouro a refinarciar  
todas as dívidas fica  
pronto até quarta-feira*

RIBAMAR OLIVEIRA

**B**RASÍLIA — Um novo round das discussões entre os governadores e o Ministério da Fazenda sobre as dívidas estaduais está marcado para esta semana. Até quarta-feira, ficará pronto o projeto de lei dos governadores que obriga o Tesouro Nacional a refinarciar todos os débitos dos Estados. O projeto será encaminhado ao Senado.

O presidente Fernando Henrique Cardoso já avisou que não aceitará pressões que possam comprometer a estabilidade econômica. Mas, ao término do segundo ano de mandato, os governadores demonstram impaciência na solução de um problema que se arrasta há anos.

Os Estados mais pobres acusam o governo de realizar uma renegociação que beneficia os Estados mais ricos — que possuem dívida mobiliária (em títulos). O governo se defende e afirma que ajudará qualquer Estado que esteja disposto a realizar um programa de ajuste fiscal para equilibrar as contas estaduais.

Os governadores querem que o Tesouro renegocie todas as dívidas estaduais pelo prazo de 30 anos, com juros de 6% ao ano. Eles querem reabrir os acordos anteriores, formalizados pelas Leis 7.976 e 8.727, e renegociar todos os débitos que ficaram de fora das renegociações de 1991 e 1993, incluindo o chamado "autofinanciamento" (empréstimos tomados pelas empreiteiras para realizar obras, que depois são transferidos para os tesouros estaduais).

Desejam também reduzir de 11% para 6%, nos primeiros três anos, e para 7%, a partir do quarto ano, o comprometimento da receita estadual com o pagamento dos débitos. Até a conclusão da renegociação, os governadores querem uma moratória de 90 dias para o pagamento de juros das dívidas.

A seguir, um roteiro de perguntas e respostas para entender o dilema das dívidas estaduais:

**O que é dívida mobiliária?**

É o endividamento que resulta da colocação de títulos no mercado. Com o dinheiro arrecadado, os governantes fazem investimentos ou pagam outras dívidas. Nesse sentido, a dívida mobiliária é uma forma de o setor privado financiar os governos.

**Essa dívida está sob controle?**

Não. O artigo 5º da emenda constitucional número 3, de 17 de março de 1993, proibiu os Estados e os municípios de emitir novos títulos até

| CONTAS A PAGAR                                          |               |                |              |
|---------------------------------------------------------|---------------|----------------|--------------|
| Quanto os governos estaduais devem — em R\$ milhões (1) |               |                |              |
| Estado                                                  | Títulos (2)   | Contratual (3) | Externa      |
| Acre                                                    | —             | 405            | —            |
| Alagoas                                                 | 382           | 670            | 22           |
| Amapá                                                   | —             | 62             | 8            |
| Amazonas                                                | —             | 1.028          | —            |
| Bahia                                                   | 699           | 2.767          | 187          |
| Ceará                                                   | 93            | 1.182          | 294          |
| Distrito Federal                                        | —             | 625            | 70           |
| Espírito Santo                                          | 116           | 581            | 65           |
| Goiás                                                   | 664           | 3.798          | 45           |
| Maranhão                                                | —             | 2.150          | —            |
| Mato Grosso                                             | 170           | 2.298          | —            |
| Mato Grosso do Sul                                      | 258           | 1.688          | —            |
| Minas Gerais                                            | 8.310         | 2.506          | 792          |
| Pará                                                    | —             | 843            | 69           |
| Paraíba                                                 | 52            | 1.090          | 137          |
| Paraná                                                  | 369           | 1.180          | 373          |
| Pernambuco                                              | 539           | 1.267          | 112          |
| Piauí                                                   | —             | 924            | 129          |
| Rio Grande do Norte                                     | —             | 700            | —            |
| Rio Grande do Sul                                       | 6.198         | 1.445          | 166          |
| Rio de Janeiro                                          | 5.622         | 2.574          | 48           |
| Rondônia                                                | —             | —              | —            |
| Santa Catarina                                          | 778           | 1.591          | 215          |
| São Paulo                                               | 17.611        | 14.830         | 252          |
| Sergipe                                                 | 186           | 426            | 20           |
| Tocantins                                               | —             | 104            | 28           |
| <b>TOTAL</b>                                            | <b>42.047</b> | <b>46.734</b>  | <b>3.032</b> |

Fonte: Banco Central

Notas: (1) A tabela não inclui dívidas de empresas e autarquias estaduais, mas apenas os débitos da administração direta. Também não inclui as operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). Em agosto, esses empréstimos representavam uma dívida total de R\$ 1,456 bilhão, mas o BC não divulgou a distribuição dessa dívida entre os Estados. (2) Dados de setembro. (3) Dados de julho.

31 de dezembro de 1999. Por essa norma constitucional, prefeitos e governadores somente poderão colocar títulos no mercado para refinarciar o principal da dívida que vencer no período. Essa regra não é respeitada porque o Senado está autorizando a rolagem de 100% da dívida que vence — o principal e os juros. Em dezembro de 1994, o saldo total dos títulos emitidos por Estados e municípios era de R\$ 24,916 bilhões. Em setembro deste ano, o saldo atingiu R\$ 48,274 bilhões.

**Todos os Estados e os municípios têm dívida mobiliária?**

Não. Apenas os mais ricos têm alguma credibilidade no mercado e conseguem que seus papéis sejam aceitos. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são

responsáveis por 89,75% do saldo total da dívida mobiliária.

**O que é dívida contratual?**

São as dívidas que resultam de financiamentos ou empréstimos obtidos pelos governadores em bancos públicos e privados, no Tesouro Nacional ou em organismos financeiros

internacionais. Em julho, o Banco Central estimou o saldo da dívida contratual dos Estados em R\$ 46,734 bilhões. Além disso, governadores e prefeitos realizam operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) na rede bancária. Em setembro, o saldo dessa dívida era de R\$ 1,456 bilhão. O endividamento dos Estados (dívidas mobiliária, contratual, externa e as operações de ARO) chegou, no mês passado, a R\$ 93,269 bilhões.

**Quantas vezes o Tesouro já ajudou os governadores a solucionar o problema do endividamento?**

Nos últimos cinco anos, o governo federal renegociou duas vezes as dívidas contratuais dos Estados, em 1991 e 1993. Os acordos foram formalizados pelas Leis 7.976 e 8.727. Nas duas ocasiões, as dívidas dos Estados e das suas empresas com bancos oficiais foram refinanciadas pelo Tesouro por 20 anos, podendo ser prorrogadas por mais dez anos, com juros reais de 6% ao ano. Depois da aprovação da Lei 8.727, o Senado fixou em 9%, no primeiro ano, e em 11%, nos seguintes, o limite de comprometimento da receita dos Estados com o pagamento das dívidas.

**No final de 1995, o governo ajudou os Estados. Quais foram os programas e os resultados obtidos?**

No final de 1995, o governo autorizou a Caixa Econômica Federal

(CEF) a conceder empréstimos de emergência para que alguns governadores pudessem pagar as folhas de salários, financiar programas de demissões voluntárias de servidores e para reescalonar os empréstimos. ARO. A CEF emprestou mais de R\$ 2 bilhões. Em troca, os governadores foram obrigados a fazer ajuste fiscal. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) adiantou R\$ 1,133 bilhões para seis Estados que se comprometeram a privatizar estatais.

**Que tipo de negociação foi feita com os governadores de Minas Gerais e Rio Grande do Sul?**

O Tesouro refinanciou por 30 anos, com juros de 6% ao ano, as dívidas desses Estados (contratual e mobiliária), que não estavam abrangidas pelas Leis 7.976 e 8.727 (R\$ 8 bilhões e R\$ 11 bilhões, respectivamente). Os dois Estados comprometeram-se a abater 20% das dívidas com a venda de ativos.

**Qual é o subsídio que o Tesouro Nacional vai conceder aos Estados nessa nova etapa de renegociação?**

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, admitiu que os acordos de refinanciamento das dívidas estaduais implicarão em custo para o Tesouro. Esse custo corresponde à diferença entre os juros reais da dívida pública pagos pelo Tesouro e a taxa de 6% ao ano acertada com os governadores. O economista Cláudio Hadad, ex-diretor do BC, estima essa diferença em R\$ 54 bilhões.

**Por que os governadores dos Estados mais pobres reclamam?**

Eles alegam que a renegociação em curso privilegia os Estados mais ricos, que possuem dívida mobiliária, e querem um tratamento igual para as dívidas contratuais. Querem que sejam incluídas as dívidas que não foram objeto de renegociações anteriores, incluindo as chamadas operações de autofinanciamento, os débitos já parcelados das empresas estatais com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e outras taxas, os empréstimos de emergência concedidos pela CEF e as operações ARO. Além disso, querem moratória de três meses para o pagamento dos juros das dívidas e reduzir de 11% para 6%, nos três primeiros anos, e para 7%, a partir do quarto ano, o comprometimento da receita líquida com o pagamento dos débitos.

**No caso de São Paulo, a negociação incluirá a dívida do Estado com o Banespa?**

A dívida do governo paulista com o Banespa está em torno de R\$ 20 bilhões. Se o governo seguir o modelo adotado com Minas Gerais e com o Rio Grande do Sul, essa dívida entrará na renegociação. Mas, ao contrário do que deseja o Ministério da Fazenda, o governador Mário Covas não aceita discutir a privatização do Banespa.



**AJUDA  
DEPENDE DE  
PROGRAMA  
DE AJUSTE**